

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
ÁREA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**O MOVIMENTO NEGRO E O DISCURSO DA MESTIÇAGEM: EDUARDO DE
OLIVEIRA E OLIVEIRA E A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO NEGRO NO BRASIL
(1960-1980)**

Rafael Petry Trapp

Doutorado

Setor de História Contemporânea II

Linha de pesquisa: Cultura e Sociedade

Niterói, 2013

1. Problema de pesquisa

O presente projeto de pesquisa objetiva analisar, em uma perspectiva historiográfica, a relação entre o Movimento Negro e o discurso da mestiçagem no Brasil, dos anos de 1960 a 1980. No âmbito dessa problemática, propõe-se o estudo do pensamento e atuação política de Eduardo de Oliveira e Oliveira, um personagem-chave para pensar a relação entre a construção do sujeito político do Movimento Negro com o tema-problema da mestiçagem. O marco cronológico sugerido compreende os anos de sua formação como sociólogo na USP até sua morte em 1980, período concomitante à consolidação do pensamento social da Escola Sociológica Paulista e à formação do Movimento Negro Unificado, durante a década de 1970.

Sugerir que a mestiçagem, entendida como dado empírico, político, cultural ou mesmo simbólico, se constitui em um tema-problema, para o Movimento Negro brasileiro encontra respaldo em vários momentos de sua história. Em 2001, no contexto da participação brasileira na Conferência da ONU Contra o Racismo, em Durban, na África do Sul, a militante Lúcia Xavier disse que “nós conseguimos fazer uma estratégia tão positiva que, exceto o capítulo da mestiçagem – pelo qual não nos responsabilizamos –, todo o restante foi conquista das mulheres.”¹ Edna Roland, relatora da Conferência, afirma que “teve um parágrafo que causou polêmica em alguns setores do movimento, que falava da questão dos mestiços.”²

Esses excertos indicam que a mestiçagem, ou a figura social do mestiço, motivam dissensos e podem ser vistos de forma negativa. Em 1999, no livro *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*, o antropólogo Kabengele Munanga coloca em questão a relação entre a mestiçagem e a identidade negra. Em seu percurso historiográfico, Munanga manifesta mal-estar para com a ideia de mestiçagem, por entender sua presença como um elemento que, ao embaralhar as linhas-de-cor, dificultaria a construção de uma consciência racial pelos negros brasileiros. O mestiço brasileiro, portador de uma ambiguidade “alienante” e “fatal”, emperraria a política negra, em um lugar no qual “o espaço de jogo de todas as identidades não é nitidamente delimitado”,³ impossibilitando-o ao acesso à sua própria “verdade étnica”.

A tese de Munanga, apesar de importante e copiosa, não é nova. Ao contrário, é talvez o mais bem-acabado produto intelectual de um desejo político de longa e multifacetada trajetória. A mestiçagem, tornada danação por intelectuais como Nina Rodrigues e Sílvio

¹ In: ALBERTI, Verena; PEREIRA, A. Araújo (Orgs.). *Histórias do Movimento Negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas/CPDOC-FGV, 2007, p. 368.

² Idem, p. 382.

³ MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 136.

Romero no final do século XIX, conagraçamento e potência civilizatória por Gilberto Freyre na década de 1930, epifenômeno ideológico por Florestan Fernandes nos anos 1960, é novamente objeto de teorização por uma gama de intelectuais ligados ao ativismo negro que se constitui no Brasil durante a década de 1970, e que dá origem ao Movimento Negro Unificado (MNU), surgido em 1978, em São Paulo, já no fim da Ditadura Militar.

O MNU teve como seus principais eixos de mobilização a crítica da “democracia racial” e a construção de uma identidade negra baseada na solidariedade racial. Em sua Carta de Princípios, entendia como negro “todo aquele que possui na cor da pele, no rosto ou nos cabelos, sinais característicos dessa raça [...]”.⁴ Manifestando a crença de que a “‘miscigenação’ tem sido um meio de impedir a discriminação racial e o preconceito [...] esvaziando os dois polos extremos: negros e brancos”,⁵ o MNU construiu parâmetros de luta política que acabaram por colocar o mestiço em questão, tornando-o peça ideológica.

Nesse contexto é que Abdias do Nascimento, um dos fundadores do MNU, em 1978, taxa de genocida (em texto prefaciado por Florestan) o “processo de mulatização”.⁶ Clóvis Moura, quadro importante do MNU, considera, em 1983, a “democracia racial” como processo de “desarticulação ideológica e política do segmento negro”, sendo o conceito de mulato “usado como uma dobradiça amortecedora [...]”⁷ dos conflitos.

É no âmbito desse processo de investimento sobre a mestiçagem pelo MNU e por esses intelectuais que Eduardo de Oliveira e Oliveira, militante negro, sociólogo formado na Universidade de São Paulo (USP) em 1968 e professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) nos anos 1970 pode ser pensado como um ponto de inflexão.

Eduardo de Oliveira e Oliveira é mais conhecido por um escrito fundamental para a presente discussão, intitulado *O mulato: um obstáculo epistemológico*, publicado em 1974 na revista *Argumento*. O texto, na realidade uma resenha crítica ao livro do historiador norte-americano Carl Degler, *Neither Black nor White*, de 1971, questiona a tese da chamada “saída de emergência do mulato”, a qual, de acordo com Degler, seria a especificidade do sistema brasileiro de relações raciais. Eduardo, todavia, vai além da crítica e avança sobre a tese de que o mulato, no Brasil, se constitui “obstáculo epistemológico”, um “trânsfuga” que diluiria a consciência social e racial dos conflitos entre os polos “branco” e “negro”. Em suas

⁴ MNU. *1978-1988: 10 anos de luta contra o racismo*. São Paulo: Confraria do Livro, 1988, p. 18.

⁵ *Idem*, p. 20.

⁶ NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 107 (Itálico no original).

⁷ MOURA, Clóvis. *Brasil: raízes do protesto negro*. São Paulo: Global, 1983, p. 33.

palavras, “se o autor [Degler] encontra uma solução para a compreensão do problema (usando o mulato como categoria analítica), nós antes vemos um obstáculo. Um ‘obstáculo epistemológico’, segundo a concepção de Gaston Bachelard.”⁸

Para além da importância evidente deste texto para a discussão que aqui se propõe, há outras facetas menos – ou quase nada – conhecidas da produção intelectual e da atuação política de Eduardo de Oliveira e Oliveira que podem se mostrar profícuas, de um ponto de vista tanto teórico quanto historiográfico. Textos como *Movimentos políticos negros no início do século XX no Brasil e nos Estados Unidos* (1976), *Etnia e compromisso intelectual* (1977), *De uma ciência Para e não tanto Sobre o negro* (1977), além do projeto de pesquisa, dos relatórios e dos vários esboços dos capítulos de sua tese [sic] de mestrado em Sociologia na USP (não concluída), demonstram uma intensa atividade intelectual, voltada para a construção de um campo de saber atinente às especificidades da experiência negra brasileira.

A atuação de Eduardo como militante (foi um dos fundadores e era reconhecido como referência intelectual dentro do MNU) vista de forma correlata a seu pensamento sobre relações raciais pode trazer substratos novos para um conjunto amplo de problematizações. O que está em jogo, neste projeto, em um primeiro nível analítico, é uma compreensão histórica das múltiplas relações que se podem estabelecer entre atividade acadêmica e militância, conhecimento e política, saber e poder, pela análise do personagem Eduardo de Oliveira e Oliveira. Ainda que dispersos, seus escritos fornecem pistas para o entendimento de uma forma de organização do pensamento que, conjugada a um esforço interpretativo do negro brasileiro, tem na “ideologia”⁹ uma categoria central.

Esse primeiro nível de análise está ligado ao problema da relação entre o Movimento Negro e o discurso da mestiçagem no período proposto. Em um segundo nível, trata-se de discutir as formas históricas da organização de discursos que, ao construir um sujeito negro da luta antirracista, tensionam o estatuto epistemológico da mestiçagem, conferindo-lhe uma roupagem teórica ideologizada, como parece ser o caso de Eduardo de Oliveira e Oliveira e do MNU. Assim, esse projeto visa a uma analítica historiográfica de como o Movimento Negro brasileiro, pela construção do sujeito político racializado, constitui um campo de saber sobre o negro e um regime de verdade sobre a mestiçagem no período de 1960 a 1980.

⁸ OLIVEIRA, Eduardo de Oliveira e. O mulato: um obstáculo epistemológico. *Argumento*, jan. 1974, p. 72.

⁹ Neste trabalho o conceito de “ideologia” não irá se constituir ferramenta teórica. Ao contrário, será um dos eixos conceituais a ser analisado, dada a importância que o mesmo parece ter para o objeto da presente reflexão, qual seja, o pensamento dos MNU e dos intelectuais ligados ao mesmo. É a razão pela qual se furta, nesse momento, a uma definição desse conceito.

2. Justificativa

A proposta de pesquisa é nova e original, e se configura relevante sob pelo menos três aspectos. O primeiro deles diz respeito ao fato de não haver uma discussão aprofundada no âmbito acadêmico brasileiro sobre essa relação histórica entre o Movimento Negro contemporâneo com o discurso da mestiçagem. Como se argumenta nesse projeto, a mestiçagem – como discurso ou mesmo realidade empírica – se constitui um interdito para o Movimento Negro, e é esse interdito, esse “problema” que propomos investigar, através de uma leitura historiográfica. Assim, se configura a possibilidade do preenchimento de uma lacuna na historiografia das relações raciais no Brasil sobre essa questão.

Em segundo lugar, considera-se nesse projeto o pensamento que emerge da militância negra – no caso, do MNU –, ou dos intelectuais ligados a essa perspectiva como parte constituinte da historiografia brasileira sobre relações raciais e as “interpretações de Brasil”, par a par com os cânones mais consagrados, como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Florestan Fernandes, por exemplo. Embora tal consideração devesse ser vazia de sentido, não o é, pois em grande parte dos trabalhos sobre relações raciais no Brasil o pensamento do MNU e de autores como Abdias do Nascimento, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento é sobejamente ignorado. Os poucos trabalhos que se propõem a estudar esses intelectuais, contudo, amiúde caem em uma postura demasiado *simpática* ao objeto, fazendo análises de teor por vezes laudatório e pouco reflexivo.

Um terceiro aspecto a justificar a proposta diz respeito ao personagem que propomos analisar como ponto de problematização: Eduardo de Oliveira e Oliveira. É um intelectual relativamente desconhecido e pouco citado – mesmo dentro do Movimento Negro – e de certa forma, marginalizado na história da historiografia brasileira. Sobre Oliveira paira um silêncio historiográfico quase absoluto. Não há qualquer dissertação, tese ou livro sobre esse autor. Apenas dois artigos abordam, brevemente, seu pensamento sobre a questão racial no Brasil.¹⁰

Para além das razões elencadas, o acervo de Eduardo de Oliveira e Oliveira (são mais de 2000 tipos de documentos diversos), que se encontra na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), é totalmente inexplorado. O trabalho de análise nesse fundo documental é facilitado por se tratar de um acervo bastante delimitado e específico. Esse conjunto de propostas, aliadas à riqueza em potencial desse acervo, dão viabilidade à pesquisa e justificam o presente projeto de tese, tanto intelectual quanto socialmente.

¹⁰ Conferir discussão historiográfica sobre Eduardo de Oliveira e Oliveira, página 12 desse projeto.

3. Discussão bibliográfica

A mestiçagem na historiografia brasileira sobre relações raciais (século XX)

Os temas da mestiçagem, do hibridismo e da miscigenação perpassam a historiografia e o pensamento social brasileiros sobre a questão racial. O debate sobre a mestiçagem se estabelece no final do século XIX, no pós-Abolição. Os intelectuais brasileiros, nesse momento, sob o impacto do “racismo científico” europeu, têm de se haver com a construção de uma identidade nacional em um país negro e mestiço. É neste contexto, de 1880 a 1930, que nomes como Sílvio Romero, Nina Rodrigues e, anos mais tarde, Oliveira Vianna, vão pensar os dilemas da nacionalidade brasileira relacionados à miscigenação, sob um prisma negativo. É o período, para Skidmore,¹¹ da consolidação do ideário do *branqueamento*, que via na miscigenação uma alternativa para a eliminação do negro no Brasil.

Colocada entre diagnósticos e prognósticos sociais ora negativos ora *positivos*, a mestiçagem é feita objeto de saberes sobre a identidade nacional, em consonância com estruturas de poder que, ao mesmo tempo, mantiveram e consolidaram a marginalização social da população negra e mestiça. É nesse plano intelectual, político e social que a obra de Gilberto Freyre, *Casa-Grande & Senzala*, em 1933, surge como uma inflexão fundamental sobre o debate entre mestiçagem e identidade brasileira. Ao positivar o mestiço como símbolo e metáfora da brasilidade, ao mesmo tempo colocando o negro como um elemento estruturante da identidade nacional, Freyre propunha uma interpretação da história brasileira que desafiava aquela forma de pensamento que via na mestiçagem um *déficit* civilizatório.

Casa-Grande & Senzala exalta a suposta propensão histórica do elemento colonizador português para a miscibilidade. Essa tendência, aliada às condições históricas de convivência inter-étnica no Brasil-colônia, como a economia açucareira, o escravismo e o patriarcalismo, teria produzido uma sociedade amplamente miscigenada, étnica e culturalmente. O fio analítico que perpassa a narrativa encontra-se na ideia de “equilíbrio de antagonismos”,¹² característica da sociedade colonial de fazer como que os múltiplos conflitos e antagonismos, como português/africano, branco/negro, senhor/escravo, fossem amainados e se equilibrassem, no âmbito da convivência, da relação, do contato e do trânsito de alteridade entre a *Casa-Grande* e a *senzala* – conceitos esses entendidos como metáforas sociais.

¹¹ SKIDMORE, Thomas. Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. Sobre o branqueamento, cf. também Schwarcz (1999) e Hofbauer (2006).

¹² FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2011, p. 116.

A mestiçagem, em *Casa-Grande & Senzala*, é, portanto, central. A proeminência e valorização do conceito, numa interpretação do Brasil como a de Freyre, dirimindo a carga negativa legada pelas visões pessimistas dos intelectuais da Primeira República, serão utilizadas, por outro lado, para dar sustentação ao discurso da “democracia racial” nos anos 1930. Este preconizava a inexistência de racismo e o caráter harmonioso das relações raciais no Brasil, por causa, justamente, da histórica miscigenação observada no Brasil. Esse constructo é gestado a partir e durante o governo de Vargas, na década de 1930.¹³ *Casa-Grande & Senzala* será lida à exaustão, posteriormente, como a obra-matriz da “democracia racial”, ainda que esta leitura seja problemática, dado que Freyre não utiliza o termo no livro e este seja muito mais ambíguo e complexo que a crítica posterior possa fazer parecer.¹⁴

A primeira crítica mais sistemática às teses da “democracia racial” e, conjuntamente, ao discurso sobre a mestiçagem que lhe era próprio, adveio, no plano intelectual, da série de estudos sobre a situação racial brasileira patrocinada pela UNESCO na década de 1950, no contexto do pós-guerra e do impacto dos horrores do Holocausto. Estudos como os de Luiz de Aguiar Costa Pinto (1953), Thales de Azevedo (1955), Florestan Fernandes e Roger Bastide (1955) e Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni (1960), entre outros, baseados em extensa pesquisa de campo, demonstraram (com importantes diferenças entre si), a inexistência de padrões sociais que demonstrassem algo como “relações raciais” igualitárias e harmoniosas, como propugnava o credo racial corrente, associado a Gilberto Freyre.¹⁵

A segunda leva crítica proveio da Escola Sociológica Paulista.¹⁶ Esta teve no Projeto UNESCO um ponto de impulso, e plasmou-se em Florestan Fernandes como figura mais importante, tornando-se a Universidade de São Paulo (USP) um centro produtor e difusor de uma nova visão sobre a questão racial no Brasil. *A integração do negro na sociedade de classes*, de 1965, foi a primeira obra mais abrangente e minuciosa a contrapor-se ao agora já “mito da democracia racial” e à perspectiva freyreana – ainda que Freyre não seja citado em nenhum momento no livro em questão. A partir de uma abordagem histórico-sociológica, Florestan analisa os dilemas da inserção dos negros na ordem capitalista e competitiva, no âmbito do processo de transição do escravismo para o trabalho assalariado no Brasil. Matiza

¹³ Cf. GUIMARÃES, Antonio S. A. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

¹⁴ Cf. ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

¹⁵ Cf. MAIO, Marcos Chor. *A História do Projeto UNESCO: estudos raciais e ciências sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1997 (Tese de Doutorado).

¹⁶ A chamada Escola Sociológica Paulista diz respeito ao conjunto de acadêmicos, a maioria no campo da sociologia, que tiveram atuação na Universidade de São Paulo nos anos de 1950 e 1960, como Roger Bastide, Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso e Oracy Nogueira (Cf. BASTOS, 2001).

essa análise sob a relação entre cor e classe social, propondo que a situação de anomia social dos negros era devida ao arcaísmo de estruturas herdadas da escravidão. Nesse sentido, a “democracia racial” seria um mecanismo utilizado pelas “elites dirigentes” para manter o processo de dominação social e racial do negro, criando, ao mesmo tempo, “uma *consciência falsa* da realidade social brasileira.”¹⁷ Pensando em termos de desigualdade e exclusão social, Florestan dá as costas para a mestiçagem como um elemento sociológico. Para Edward Telles,

[...] o desprezo pela miscigenação pode ter surgido da relação íntima de Fernandes com o movimento negro. Assim como Abdias do Nascimento, ativista e escritor negro, Fernandes associava a miscigenação com a campanha de branqueamento que visava eliminar os negros da população brasileira. Portanto, Fernandes não apenas ignorou a prática da miscigenação como também a rejeitou, simplesmente por acreditar ser parte de uma ideologia de legitimação da discriminação racial.¹⁸

A visão da Florestan sobre relações raciais e mestiçagem/miscigenação parece ter tido ressonância posteriormente em uma série de intelectuais negros como Abdias do Nascimento, Clóvis Moura e Eduardo de Oliveira e Oliveira, que vão, de formas diferentes, tematizar a questão do negro e do racismo sob as bases epistemológicas legadas por Florestan e pela Escola Sociológica Paulista de forma mais geral. Esses intelectuais vão ajudar a formar o Movimento Negro Unificado, que surge em 1978, em São Paulo, o qual, de muitas maneiras, absorve parte dos pressupostos da sociologia paulista – e também no tocante à mestiçagem.

De maneira semelhante a Fernandes, para o MNU, a mestiçagem é vista como epifenômeno, como uma peça da maquinaria montada pelas elites brancas e pelo Estado – a Ditadura Militar havia encampado fortemente a “democracia racial” como credo oficial – para, de um lado, pelo *branqueamento*, eliminar fisicamente o negro, e, pela “democracia racial”, obliterar as possibilidades de solidariedade entre os negros e os mestiços brasileiros, posto que esvaziasse o discurso reivindicatório.¹⁹ Parece haver aí um equacionamento discursivo entre mestiçagem, branqueamento e “democracia racial”, como se estivesse se tratando de processos análogos e, no limite, sinônimos.

Esse é um ponto fulcral para a problemática desse projeto. É esse o momento na historiografia das relações raciais no Brasil em que parece haver um acoplamento discursivo que transforma a mestiçagem em ideologia. A miscigenação, para o MNU e intelectuais como

¹⁷ FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*: v. 1, O legado da “raça branca”, no limiar de uma nova era. São Paulo: Dominus/EDUSP, 1965, p. 199 (Itálico no original).

¹⁸ TELLES, Edward. *Racismo à brasileira*: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2003, p. 21.

¹⁹ Cf. MNU, *op. cit.*

Eduardo de Oliveira e Oliveira, seria não mais que expressão de “falsa consciência”, impedindo o acesso do negro à mobilização política e do mestiço à sua “verdade étnica”.

A historiografia sobre o Movimento Negro contemporâneo no Brasil

O quadro de referência acima descrito situa, na historiografia, o momento em que o MNU passa a se inserir na discussão sobre identidade nacional, racismo e desigualdade, feita, em parte, sob os auspícios da chamada Escola Sociológica Paulista. O MNU se constitui, também, em contraponto a Gilberto Freyre, pela crítica da “democracia racial”, e a reflexão paulista instrumentaliza, até certo ponto, sua verve política. Se é apenas no final da década de 1970 que o MNU se consolida como um novo ator social, seu processo de constituição tem trajetória mais alongada. Em que pese as várias categorizações, algumas fases da história do Movimento Negro no século XX sugerem uma distinção mais precisa.

O historiador Petrônio Domingues (2007) propõe uma periodização pertinente acerca da história do Movimento Negro no Brasil. De acordo com esse autor, na primeira fase, de 1889 a 1937, sobressaem-se, primeiramente, as dezenas de jornais da imprensa negra e clubes negros que surgiram em todo o Brasil no pós-Abolição. Em um segundo momento, já na década de 1930, a Frente Negra Brasileira se constitui importante pólo aglutinador das questões negras nas principais cidades do Brasil, sendo, apesar dos problemas internos e de sua dissolução em 1937, um dos momentos mais importantes do Movimento Negro no século XX.²⁰ Na segunda fase, de 1945 a 1964, o destaque recai sobre a União dos Homens de Cor²¹ e sobre o Teatro Experimental do Negro que, sob a liderança de Abdias do Nascimento, se torna referência nas questões do negro nos anos 1940-50.²²

A terceira fase, de 1978 a 2000, corresponde aos vários grupos políticos e culturais da década de 1970 que, em 1978, se juntam em torno do Movimento Negro Unificado, e de forma geral, às várias organizações negras atuantes no Brasil até o contexto da Conferência de Durban. É este o momento, para Pereira (2011), da formação do “Movimento Negro contemporâneo”. O presente projeto de pesquisa pretende se debruçar justamente sobre esse período. A produção sobre o Movimento Negro e sobre o antirracismo contemporâneos tem tido significativo avanço e incremento durante a década de 2000, muito em função da intensa discussão sobre racismo e ações afirmativas que se tem observado nessa década no Brasil.

²⁰ Cf. DOMINGUES, Petrônio. *A insurgência de ébano: A história da Frente Negra Brasileira (1931-1937)*. São Paulo: FFLCH-USP, 2005 (Tese de Doutorado).

²¹ Cf. SILVA, Joselina da. *União dos homens de cor (UHC): uma rede do movimento social negro, após o Estado Novo*. Rio de Janeiro:UERJ, 2005 (Tese de Doutorado).

²² Cf. NASCIMENTO, Elizabeth Larkin. *O sortilégio da cor: Identidade afro-descendente no Brasil*. São Paulo: IP/USP, 2000 (Tese de Doutorado).

Nesse contexto, as pesquisas sobre a questão racial acabaram por impulsionar também o estudo da história do Movimento Negro brasileiro.

A rigor, antes dos anos 2000 alguns trabalhos já haviam abordado fragmentos da história do Movimento Negro. Algumas publicações do MNU tocavam em pontos relativos à história do antirracismo e das organizações negras do início do século XX, como alguns textos reunidos na coletânea *MNU. 1978-1988: 10 anos de luta contra o racismo* (1988). Na mesma linha estão os livros de Henrique Cunha Jr, *Textos para o Movimento Negro* (1992), de Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg, *Lugar de Negro* (1982), de Clóvis Moura, *Raízes do Protesto Negro* (1983) e Joel Rufino dos Santos, *O movimento negro e a crise brasileira* (1985). Apesar das diferenças temáticas, teóricas e de abordagem, esse conjunto de escritos tem em comum o fato de seus autores estarem ligados, de alguma forma, ao próprio Movimento Negro, no caso, o MNU. Não são, contudo, trabalhos historicamente abrangentes.

O primeiro livro mais consistente sobre a história do Movimento Negro brasileiro contemporâneo é o do cientista político norte-americano Michael Hanchard, *Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)*, de 1994 (a edição brasileira saiu em 2001). Fazendo uso de ampla documentação e de uma série de entrevistas com militantes do eixo Rio-São Paulo, Hanchard indaga os motivos de não ter havido no Brasil do pós-Guerra uma mobilização racial como nos Estados Unidos e na África da descolonização. Outro ponto central na análise é a da relação entre política e cultura na trajetória do Movimento Negro. A partir de uma perspectiva gramsciana, Hanchard investe sobre a tese que a “democracia racial” é parte de um processo de “hegemonia racial” que impediria os ativistas afro-brasileiros de “convencerem sua coorte fenotípica de uma causa comum”.²³

Hanchard faz uma revisão crítica das principais escolas de pensamento sobre relações raciais, principalmente as da matriz freyreana e uspiana antes mencionadas. Contudo, apesar de sua perspectiva analítica apontar questões pertinentes, e do mesmo ter se tornado bastante influente na discussão sobre a questão racial no Brasil, *Orfeu e o Poder* foi alvo de crítica severa, tanto na Academia quanto no próprio Movimento Negro. De um lado, por assumir aprioristicamente a *doxa* racial norte-americana como modelo de organização social e política negra (FRY, 2005), e, de outro, por subsumir as práticas culturais negras brasileiras a um suposto *gap* na política racial (BAIROS, 1996). É um texto que virou referência sobre a

²³HANCHARD, Michael G. *Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001, p. 56.

história do Movimento Negro brasileiro, e continua sendo, talvez, a despeito dos problemas, o mais importante trabalho sobre o tema.²⁴

Ainda no final da década de 1990, destaca-se o texto *Reflexões sobre o Movimento Negro no Brasil (1938-1997)*, de Abdias do Nascimento e Elisa Larkin Nascimento, ainda que a ênfase recaia, no mais das vezes, à atuação histórica – sem dúvida importante – do próprio Abdias. Antonio Sérgio Alfredo Guimarães é outro autor que se tornou referência sobre o tema a partir desse período, principalmente com os livros *Racismo e Anti-Racismo no Brasil* (1999) e *Classes, raças e democracia* (2002). Rechaçando, sob o viés de um pragmatismo político-sociológico, o discurso da mestiçagem, Guimarães teoriza o racismo/antirracismo em uma perspectiva “racialista” que vai se tornar influente no trato teórico e mesmo político das questões de “raça” e ação afirmativa no Brasil na década seguinte (GRIN, 2010).

Em 2006, três títulos se destacam. O primeiro é o livro *The Unified Black Movement (1978-2002)*, do norte-americano David Covin, que, apesar de fazer um belo trabalho sobre a história do MNU, pouca ou talvez nenhuma ressonância teve no Brasil – talvez por não ter tido ainda tradução para o português. Nesse mesmo ano vem a lume o livro de Andreas Hofbauer, *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*, que faz uma das melhores análises sobre a história da FNB, do MNU e da questão racial contemporânea. É de 2006 também o livro de Sérgio Costa, *Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo*, que se tornou também muito influente, muito em função do refinamento teórico e por não se furtar, assim como Hofbauer, de um olhar crítico tanto ao Movimento Negro quanto à polarização do debate intelectual entre “racialistas” e “não-racialistas”.

No livro *Trajetórias e Perspectivas do Movimento Negro* (2008), Amauri Mendes Pereira, militante do Movimento Negro, procede a uma categorização de sua história de acordo com “saltos” históricos. Apesar do teor ora acadêmico ora “militante” da análise, o livro traz muitas informações relevantes. Contudo, é somente no presente ano de 2013 que sai o livro que é o mais abrangente esforço de uma história do Movimento Negro brasileiro contemporâneo, *O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro*, de autoria de Amílcar Araújo Pereira. Tendo como base o expressivo conjunto de entrevistas com militantes reunidas no livro *Histórias do Movimento Negro no Brasil* (2007) o autor se debruça sobre a história desse movimento social no período republicano. Sob muitos aspectos, o livro é um avanço em relação a outros esforços de interpretação sobre o Movimento, como,

²⁴ *Orfeu e o Poder* foi criticado por Bourdieu e Wacquant no artigo *Sur les Ruses de La Raison Imperialiste* (1998), que gerou intensa polêmica entre os principais estudiosos da questão racial no Brasil e nos Estados Unidos. A esse respeito, conferir o número especial da revista *Estudos Afro-Asiáticos* (v. 24, n. 1, 2002).

por exemplo, a de Michael Hanchard, posto escapar da presunção do universalismo da situação racial norte-americana. Pelo desnudamento da historicidade, da complexidade e das problemáticas em torno do Movimento Negro, Pereira consegue se resguardar de um espectro analítico subsumido a projetos políticos e engajamentos mais pessoais – e passionais.

Eduardo de Oliveira e Oliveira

A literatura sobre os intelectuais negros contemporâneos de Eduardo de Oliveira e Oliveira, como Abdias do Nascimento, Clóvis Moura, Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento adquiriu, nos últimos anos, certa expressividade. Um sem número de dissertações, teses, livros e algumas pequenas biografias tem abordado as trajetórias desses intelectuais.

Abdias do Nascimento aparece biografado por Sandra Almada (2009) e na dissertação de mestrado *O pensamento social e político na obra de Abdias do Nascimento*, de José Gomes dos Anjos (2011). O melhor estudo sobre Clóvis Moura está na dissertação *Clóvis Moura e a sociologia da práxis negra*, de Fábio Oliveira (2009). Sobre Lélia González há vários trabalhos, como a biografia de Alex Ratts e Flávia Rios (2010) e a dissertação *Relações raciais, gênero e movimentos sociais: o pensamento de Lélia Gonzalez (1970-1990)*, de Raquel Barreto (2006). Beatriz Nascimento tem trajetória (muito bem) descrita em *Eu sou Atlântica: Sobre a Trajetória de Vida de Beatriz Nascimento*, de Alex Ratts (2007).

Sobre Eduardo de Oliveira e Oliveira, a despeito de sua importância tanto para a história do Movimento Negro e do antirracismo quanto para a discussão sobre a questão racial no Brasil, há muito pouco escrito. Não há nenhuma dissertação, tese ou livro especificamente sobre esse autor. Primeiramente, tem-se o *Inventário analítico da coleção “Eduardo de Oliveira e Oliveira”* (1984), arrolamento documental do material que se encontra no Arquivo da UEIM-UFSCAR, e um pequeno texto de Vera Guimarães, *Movimento negro: a trajetória de Eduardo de Oliveira e Oliveira* (1984), publicado na revista desse mesmo arquivo.

Os únicos dois textos relevantes que abordam Eduardo de Oliveira e Oliveira o fazem se reportando justamente à resenha *O mulato: um obstáculo epistemológico*, de 1974. São os artigos de Monica Grin, *Modernidade, identidade e suicídio: o “judeu” Stefan Zweig e o “mulato” Eduardo de Oliveira e Oliveira* (2002), no qual a autora analisa os paradoxos da modernidade racial brasileira frente aos imperativos das modernidades europeia e norte-americana; e o artigo de Ana Lúcia Valente, *As políticas de ação afirmativa e o obstáculo epistemológico* (2002), texto que, avalizando a argumentação de Eduardo, versa sobre os contínuos dilemas da construção da identidade negra em um país no qual o “mulato” tem vez.

Pode-se afirmar, com base nesse recenseamento bibliográfico, que a obra e o arquivo de Eduardo de Oliveira e Oliveira, sob a guarda da UFSCAR, são quase que totalmente inexplorados, de um ponto de vista mais amplo. Há, portanto, uma lacuna historiográfica sobre esse autor, o que, em parte, já justificaria a presente proposta de pesquisa.

A mestiçagem como um problema historiográfico

O quadro teórico das relações raciais no Brasil, antes esboçado, e sua relação com a historiografia sobre o Movimento Negro, apontam para uma série de problemáticas. Boa parte dos trabalhos de história do racismo/antirracismo no Brasil tem por eixo analítico, de formas distintas, o discurso da mestiçagem como “falseamento” da realidade racial (HASENBALG, 1996; GUIMARÃES, 1999; HANCHARD, 2001; COSTA, 2006). Essas análises, a maior parte de caráter sociológico, sugerem o desmonte dos discursos sobre a mestiçagem “em nome de alguma ‘verdade’ ou realismo empírico que, por suposto, os mitos encobririam”, tratando-se de “depurar o mito e retirar dele o que não se ‘comprova’ na história”.²⁵ O Movimento Negro contemporâneo, principalmente no contexto político pós-Durban, absorveu e conseguiu, em diálogo com o Estado, que essa visão sociológica se institucionalizasse e se transformasse na “verdade” das relações raciais no Brasil.²⁶

O livro de Kabengele Munanga, *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil* (1999), constitui uma reflexão que incorpora a visão da “democracia racial” como mito e, a partir disso, lega a mestiçagem a um limbo epistemológico, posto que transformada em armadilha “ideológica”. Sérgio Costa, em *Dois Atlânticos* (2006), por seu turno, considera que os termos “hibridismo e híbrido não apresentam qualquer interesse para a sociologia”,²⁷ por considerar que a enunciação do discurso do hibridismo constrói e atualiza sempre novas fronteiras identitárias, como, por exemplo, todo o conjunto de discursos que, a partir de Vargas, construiu a miscigenação em marcos nacionalistas e essencializados.

Em que pese essas reflexões colocarem sérias questões sobre os limites analíticos do hibridismo, elas acabam, pela via de uma “normalização sociológica”, escamoteando a história mesma da mestiçagem/miscigenação juntamente com os “mitos” que lhe corresponderiam. Em contraposição a essa visão, uma série de intelectuais tem enfatizado a importância de levar a sério, para além do “mito”, as representações em torno da mestiçagem

²⁵ GRIN, Monica. Excepcionalidade como ambivalência: versões do império colonial português e da nação miscigenada brasileira. In: AZEVEDO, Francisca; CATROGA, Fernando; HERMANN, Jacqueline (Orgs.). *Memória, escrita da história e cultura política no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012, p. 287.

²⁶ O Estatuto da Igualdade Racial (2010) é um exemplo desse processo de institucionalização.

²⁷ COSTA, *op. cit.*, p. 108.

como um dado fundamental para o entendimento das especificidades históricas brasileiras (FRY, 2005; HOFBAUER, 2006; SILVA, 2007; MAIO e SANTOS, 2010; GRIN, 2010).

No tocante ao campo disciplinar da História, Ronaldo Vainfas considera que “nossa historiografia atual avança, é certo, no tocante à mescla cultural, e nisso busca nossas originalidades, mas evita o tema da miscigenação racial [...] predomina o silêncio sobre a mestiçagem, no sentido o mais amplo possível, incluindo o racial.”²⁸ O conjunto de problematizações discutidos aqui evidencia, contudo, que a mestiçagem, apesar de seu ocaso simbólico nas últimas décadas, continua sendo um tema mobilizador de amplos debates na contemporaneidade, tanto para as Ciências Sociais quanto para o Movimento Negro.

Nesse ponto que, na última década, alguns historiadores brasileiros têm desenvolvido pesquisas – amiúde na área de história da escravidão – que procuram tratar a miscigenação em seus próprios termos, na especificidade de sua historicidade (RIOS e MATTOS, 2005; VIANA, 2007; GUEDES, 2008; MACHADO, 2008; PAIVA e IVO, 2008). Por outro lado, a importância do fenômeno histórico da miscigenação, entendida como fato histórico e cultural, para o debate historiográfico tem sido enfatizada por Monica Grin (2012). Para a autora,

Tratar o fenômeno da miscigenação como um tema histórico, nos seus próprios termos, tem sido um desafio para os estudos sobre escravidão e sobre o pós-abolição hoje no Brasil. A expressão histórica da miscigenação, sobrepujada sistematicamente pela denúncia do mito, tem desafiado, ainda timidamente, a historiografia brasileira. Há pouco mais de uma década, novas abordagens sobre o tema da miscigenação vêm mobilizando historiadores das áreas de escravidão e pós-abolição. Aos poucos o tratamento histórico da miscigenação vai mostrando sua relevância para o debate historiográfico além de apenas reforçar molduras ideológicas.²⁹

Este é um olhar analítico voltado à especificidade, distanciado dos *apriorismos* que vez ou outra subsumem a historicidade das relações raciais no Brasil aos imperativos da experiência histórica norte-americana – ainda que a história comparada (e especialmente em relação aos Estados Unidos) seja um expediente fundamental e incontornável. Trata-se de demonstrar, pelo trabalho histórico e historiográfico, a riqueza que as dinâmicas de fenômenos e contextos particulares, em diálogo com outras instâncias espaço-temporais, podem ofertar tanto para o debate acadêmico quanto para a política antirracista.

Este projeto de pesquisa se insere no contexto preciso dessa discussão historiográfica sobre a mestiçagem. Ainda que o mesmo não objetive trabalhar diretamente com a

²⁸ VAINFAS, Ronaldo. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. *Tempo*. Niterói, v. 8, ago. 1999, p. 11.

²⁹ GRIN, *op. cit.*, p. 288.

mestiçagem, enquanto prática histórica e social, busca problematizar, pela análise historiográfica, um tema sensível tanto para o Movimento Negro quanto para o pensamento social e a historiografia brasileira contemporânea.

4. Objetivos

4.1 Objetivo geral

O objetivo geral consiste em analisar, em uma perspectiva historiográfica, a relação entre o Movimento Negro e o discurso da mestiçagem no Brasil, dos anos de 1960 a 1980, tendo como elemento de problematização o pensamento de Eduardo de Oliveira e Oliveira.

4.2 Objetivos específicos

- Caracterizar o pensamento social da Escola Sociológica Paulista sobre a questão racial (Florestan Fernandes, Roger Bastide, Octávio Ianni, Oracy Nogueira, entre outros);
- Analisar a historiografia do Movimento Negro Unificado (MNU) sobre a construção da identidade negra racializada e sua relação com o tema da mestiçagem (1978-2000);
- Estabelecer um quadro de referência historiográfica dos intelectuais ligados ao MNU e a Eduardo de Oliveira e Oliveira, sobre o tópico mestiçagem (Abdias do Nascimento, Clóvis Moura, Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento, entre outros);
- Discutir as intersecções e tensões entre conhecimento acadêmico e militância negra/antirracista, através da análise da atuação político-intelectual de Eduardo de Oliveira e Oliveira no Brasil (1968-1980);
- Analisar, a partir dos quadros historiográficos estabelecidos, o pensamento de Eduardo de Oliveira e Oliveira sobre identidade racial e mestiçagem (década de 1970);³⁰

3. Perspectiva teórica

A perspectiva teórica aqui sugerida procura estar afinada com o objeto e a(s) problemática(s) de pesquisa. Falar em problemática remete a um dos legados metodológicos dos *annalistes* franceses, como Marc Bloch e Lucien Febvre, que propunham uma perspectiva de análise partindo da noção de “história-problema” (LE GOFF, 2001). O objeto recortado responde de muitas maneiras a “problemas” na contemporaneidade brasileira: aqueles da

³⁰ Este projeto está aberto, pelas características temáticas, a uma perspectiva de história comparada, principalmente com os Estados Unidos. Eduardo de Oliveira e Oliveira estabeleceu inúmeros contatos com intelectuais norte-americanos durante a década de 1970, assim como o MNU e os outros intelectuais mencionados. As comparações e relações passíveis de serem feitas seriam muitas. A construção da problemática de pesquisa não levou em conta, deliberadamente, esse aspecto, que pretende ser mais bem discutido com o(a) orientador(a), com vistas a um Doutorado Sanduíche nos Estados Unidos.

relação entre o discurso da mestiçagem e o Movimento Negro, as Ciências Sociais e a historiografia. Esse pressuposto orienta o trabalho no sentido de uma história questionadora, crítica e reflexiva, ao mesmo tempo rigorosa e meticulosa; em uma palavra, problematizadora.

Sem excluir o anterior, o conceito de “problematização”, por sua vez, tem na obra de Michel Foucault outro sentido, abrindo novos veios analíticos. Por problematização Foucault entende “o conjunto das práticas discursivas ou não discursivas que faz alguma coisa entrar no jogo do verdadeiro e do falso e o constitui como objeto para o pensamento.”³¹

Não se trata da análise de sistemas de representação subjacentes aos discursos, da história de formas comportamentais ou do estudo de constantes antropológicas, mas da maneira como se constituem problemas para o pensamento e quais as estratégias mobilizadas para respondê-los em uma dada formação histórica. Nesse sentido, algumas reflexões e conceitos do pensador francês podem ser utilizados para ajudar a pensar o objeto de pesquisa.

O ponto de problematização a ser desenvolvido nesse projeto diz respeito, justamente, a forma como a mestiçagem se constitui em um problema epistemológico para um tipo de pensamento que coloca o “negro” na ordem do discurso e da verdade, como no caso de Eduardo de Oliveira e Oliveira e do MNU nos anos 1970. Desta forma, não se está inquirindo qual é ou em que consiste a verdade sobre o negro e a mestiçagem, mas ver historicamente “como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos”,³² sem remeter esses problemas de constituição, necessariamente, a um sujeito fundador ou a alguma instância ideal acima e além da história. Para Foucault,

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que tem o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.³³

A verdade é deste mundo e está ligada a estruturas de poder que a produzem e lhe dão sustentação, e aos efeitos de poder que a verdade (o saber) induz e reproduz. Saber e poder se entrelaçam. Assim, a única condição analítica é o “*a priori* histórico”, aquilo que, numa dada época, “recorta na experiência um campo de saber possível, define os modos de ser dos objetos que aí aparecem, arma o olhar cotidiano de poderes teóricos e define as condições em

³¹ FOUCAULT, M. O cuidado com a verdade. In: *Ditos & Escritos V*. Rio de Janeiro: Forense, 2004, p. 242.

³² FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 26ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008 [1977], p. 7.

³³ Idem, p. 12.

que se pode sustentar sobre as coisas um discurso reconhecido como verdadeiro”.³⁴ Destarte, uma pergunta possível a ser feita é sob que condições históricas de possibilidade algo – a mestiçagem – pode tornar-se objeto de um saber, de um discurso tido como verdadeiro? Que disposição histórica de saber torna o mestiço um interdito, um “obstáculo epistemológico”?

Tal maneira de se ver a história remete à necessidade – ou ao desejo – de pensá-la para além do arco platônico e do primado do sujeito. Nesse sentido, assumir o *a priori* histórico implica reconhecer os processos sociais, as mudanças, as práticas, os discursos, como produzidos na história, o solo epistêmico a recorrer, o “mundo sublunar” de que fala Paul Veyne (1982). Contra a ideia de necessidades universais, Foucault procura mostrar que boa parte do que tomamos como familiar, seguro, natural, evidente, é o “produto de certas transformações históricas bem precisas.”³⁵

Tal empresa supõe uma crítica radical das certezas estabelecidas. Para pensar (na esteira nietzschiana) além do platonismo, três procedimentos: 1) O uso paródico e destruidor da história, em oposição à história-reconhecimento; 2) O uso dissociativo e destruidor da identidade, que se opõe à história-continuidade; 3) O uso sacrificial e destruidor da verdade, em oposição à história-conhecimento.³⁶

No esteio teórico desse projeto de pesquisa está, portanto, um modo de pensamento que se pretende não-representacionista, não-essencialista e não-fundacionista. Um último conjunto de questões oriundas de Foucault a servir de referência teórica se refere aqueles da obra tardia do filósofo, principalmente os da relação entre subjetividade e verdade, desenvolvidos em seus últimos trabalhos.

A maneira como retoma, nos últimos cursos no *Collège de France*, a relação entre verdade e subjetividade são devedores, em grande parte, de suas reflexões sobre a biopolítica e da noção de governamentalidade (CASTRO, 2011). Durante os anos 1970, seu pensamento se desloca da analítica do poder/saber para a noção de governo pela verdade, destacando-se no final dos anos 1970 os temas da governamentalidade (biopolítica/biopoder) e, no início dos anos 1980, a subjetividade.

A biopolítica, o conjunto das técnicas que, na modernidade, tomam a vida das populações como cálculo de poder, tem na governamentalidade um desenvolvimento teórico

³⁴ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas. uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007 [1966], p. 219.

³⁵ FOUCAULT, Michel. Verdade, poder e si mesmo. *Op. cit.*, 2004, p. 296.

³⁶ FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. *Op. cit.*, 2008 [1971], p. 33.

posterior em Foucault, ao analisar como se constitui uma série de procedimentos, instituições e táticas em torno da arte de governar.³⁷ Posteriormente, no início dos anos 1980, o filósofo francês vai se dedicar, a partir dessas problemáticas, a pensar a questão do *governo* em relação às práticas e ao governo de si e dos outros, o governo das condutas.³⁸

A questão que se estabelece aí está em como os sujeitos constituem verdades sobre si, de como constroem uma ética de si, das redes enunciativas que perpassam a produção histórica de subjetividades, enfim, de como “o sujeito pode dizer algo como uma verdade de si, e como ele veio a precisar ‘dizer verdade’ e o tipo de racionalidade que aí intervém.”³⁹ Essas reflexões podem ajudar a pensar a forma como Eduardo de Oliveira e Oliveira e o MNU, nos anos 1970, se inserem/constituem um regime de verdade sobre o negro e sobre si mesmos – os negros brasileiros – tornando a mestiçagem um problema epistemológico.

Não se trata da aplicação mecânica desse conjunto de conceitos, mas sim, da busca de categorias que possam auxiliar a pensar o objeto e o problema na riqueza de sua especificidade histórica. Além disso, se pensa a historiografia aqui como uma prática, como algo que possui historicidade e que está atrelado a sistemas de poder e a discursos de verdade que a sustentam; mais, se toma a historiografia mesma, o campo historiográfico, como um efeito de saber.

De forma mais geral, um pressuposto que também orienta a visão teórica sobre o presente objeto é o de que todo discurso de verdade, por mais bem fundamentadas e intencionadas sejam suas razões intelectuais e políticas, tem um “custo”, algo que sobra, que vaza, que desliza. É esse “custo” que é preciso investigar e analisar.

Finalmente, com relação à disciplina História, às correntes historiográficas em sentido mais estrito, este trabalho, na falta de um termo melhor, pode ser inserido dentro do que se convencionou chamar História do Tempo Presente.⁴⁰ Retornando aos *annalistes*, como Bloch, para quem toda história é história do presente, e ao próprio Foucault, que pretendia fazer uma ontologia do presente, partimos aqui de uma problemática – histórica – que tem respaldo em um conjunto de questões candentes na contemporaneidade brasileira. À questão “Como nos tornamos o que somos?” tentamos responder pela história, perguntando do presente.

³⁷ Os temas biopoder/biopolítica são mais bem trabalhados no livro *A vontade de saber* (1976) e nos cursos *Em defesa da sociedade* (1976), *Segurança, território e população* (1978) e *O nascimento da biopolítica* (1979).

³⁸ Esse deslocamento se observa nos cursos *Do governo dos vivos* (1980), *Subjetividade e verdade* (1981), *A hermenêutica do sujeito* (1982), *O governo de si e dos outros* (1983) *O governo de si e dos outros: a coragem da verdade* (1984) e nos livros *História da Sexualidade 2: O uso dos prazeres* e *3: O cuidado de si* (1984).

³⁹ ARAÚJO, Inês Lacerda. *Foucault e a crítica do sujeito*. 2ª ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2008, p. 94.

⁴⁰ Cf. CHAUVEAU, A., TÉTART, P. (Orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999.

4. Hipóteses

A hipótese central repousa no argumento de que a mestiçagem, enquanto discurso e elemento histórico e sociocultural, se constitui um interdito para o Movimento Negro brasileiro contemporâneo.

Assim, o Movimento Negro mantém uma relação ambivalente com a mestiçagem: de um lado, na ordem do discurso, ela se constitui um “obstáculo epistemológico”, como para Eduardo de Oliveira e Oliveira; por outro, ela é vista como algo negativo que deve mesmo ser evitado pelos indivíduos, em nome da polarização dos conflitos sociais entre “brancos” e “negros” no jogo das “relações raciais” no Brasil. A partir dessa hipótese central, se delineiam as que seguem:

- Uma primeira hipótese trabalha sobre um (aparente) paradoxo: o da articulação entre resistência e poder normalizador. O Movimento Negro Unificado se constitui historicamente em contraposição à Norma (“Democracia racial”), mas, mesmo sendo um movimento de resistência, acaba por mobilizar discursos e práticas que instituem, de certa forma, um novo espectro normalizador (o negro como verdade);
- Outra hipótese é a de que o uso conceito de “ideologia”, que perpassa a perspectiva teórica e política do MNU e de Eduardo de Oliveira e Oliveira (seu projeto de tese de mestrado tinha o sugestivo título *Ideologia racial: estudo de relações raciais*), dá sustentáculo discursivo ao achatamento entre “democracia racial”, *branqueamento* e mestiçagem, tornando esses processos e conceitos, em certa medida, sinônimos;
- Uma hipótese derivada da anterior sugere que a matriz desse pensamento “ideológico” se encontra na Escola Sociológica Paulista, cuja perspectiva teórica tem ressonância no MNU e na obra de Eduardo de Oliveira e Oliveira; além disso, esse pensamento se constitui no contraponto reverso com *Casa-Grande & Senzala* – naturalizando a visão de que o livro é o esteio teórico da “democracia racial” – cujo pomo-da-discórdia está (também) no estatuto epistemológico que se confere à mestiçagem;
- Uma última hipótese sugere uma marginalização historiográfica de intelectuais negros como Eduardo de Oliveira e Oliveira, Abdias do Nascimento, Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez, em função de um desajuste entre Academia e política do Movimento Negro; a mesma estrutura de produção de conhecimento (cientificista) que subjaz à consolidação, por exemplo, da Escola Sociológica Paulista, relega o conhecimento oriundo da militância a uma matriz, justamente, ideológica.

5. Metodologia

Ao invés de partir de um Método, propõe-se falar em *possibilidades metodológicas*. A possibilidade com que se trabalha nesse projeto será a da Análise do Discurso de matriz foucaulteana. Esta procura questionar a linguagem, sem pretender desvelar verdades, mas interrogar de que modo a linguagem é produzida e o que determina a existência de determinados enunciados em uma dada formação histórica. Essa matriz se liga à perspectiva da problematização, dos “jogos de verdade”⁴¹ que constituem a percepção dos sujeitos sobre si mesmos e sobre os outros, que os subjetivam como “negros”, “mestiços”, etc. Partindo do pressuposto teórico-metodológico básico da interdisciplinaridade, essa tese consistirá em uma abordagem histórica de caráter qualitativo, baseada na análise de *discursos*.

Posto se tratar de um trabalho de caráter historiográfico, trabalha-se primariamente com textos escritos. O olhar metodológico estará dirigido para um fundo documental específico, o de Eduardo de Oliveira e Oliveira, mas, ao mesmo tempo este será problematizado em conjunto à produção escrita do MNU e dos outros intelectuais negros. O marco temporal sugerido (1960-1980) diz respeito ao período da formação intelectual de Eduardo de Oliveira e Oliveira, até sua morte em 1980.⁴² A década de 1960 é importante também por conta da consolidação do pensamento social da Escola Sociológica Paulista, fundamental para a presente discussão.⁴³ A década de 1970, contudo, é o período central da tese, pela intensa atividade intelectual e política de Eduardo de Oliveira e Oliveira e, de forma correlata, pelo processo de formação do MNU (1978), que se constitui durante essa década.

Os tipos de documentos a serem analisados são vários. Com relação a Eduardo de Oliveira e Oliveira, temos uma série de escritos de caráter acadêmico, artigos, resenhas, conferências e muito material relativo à sua tese inconclusa. Sua correspondência e biblioteca também serão analisadas. No que se refere ao Movimento Negro Unificado há muito material, ainda que disperso. Livros, estatutos, cadernos de teses oriundos dos congressos, folhetos, panfletos, jornais da imprensa negra (Jornal do MNU, Afro-latino-américa), entre outros. Esse material está presente em vários arquivos, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos. No tocante aos outros intelectuais negros (Abdias do Nascimento, Clóvis Moura, Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento, entre outros), as fontes se restringem somente à produção intelectual (livros, artigos, etc.); o mesmo vale para a análise do pensamento da Escola Sociológica Paulista e para o horizonte historiográfico mais geral.

⁴¹ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 2: uso dos prazeres*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990, p. 12.

⁴² A rigor, seu primeiro texto é de 1966, quando ainda aluno da USP (se forma em 1968).

⁴³ *A integração do negro na sociedade de classes*, de Florestan Fernandes, é de 1965.

6. Fontes

As fontes relativas a Eduardo de Oliveira e Oliveira se encontram no arquivo da Unidade Especial de Informação e Memória (UEIM), na Universidade Federal de São Carlos (SP), e estão arrolados no *Inventário analítico da coleção “Eduardo de Oliveira e Oliveira”* (1984). A coleção total corresponde a cerca de 2200 itens. Destacamos os seguintes:

- Correspondência: cerca de 300 cartas com contatos no Brasil e nos Estados Unidos;
- Produção intelectual: 21 documentos, sendo 6 artigos, 5 relatórios de sua tese mestrado, centenas de folhas avulsas contendo anotações e esboços da tese, fichamentos, entre outros textos;
- Livros de sua biblioteca: cerca de 530 livros, a maioria sobre questão racial e escravidão no Brasil e nos Estados Unidos;
- Periódicos (jornais e revistas): 119 tipos de jornais e revistas, muitos com vários exemplares, também sobre a questão racial;

Sobre o Movimento Negro Unificado existe muito material, em vários arquivos diferentes. Os mais relevantes são os do Centro de Estudos Afro-asiáticos (UCM-RJ), do Centro de Estudos Afro-orientais (UFBA) e da Unidade Especial de Memória (UFSCAR-SP) que, além da coleção Eduardo de Oliveira e Oliveira possui outros dois acervos expressivos, os de Ivair dos Santos e Thereza Santos. Outros acervos relevantes são os do Arquivo Nacional (RJ), do IPEAFRO (PUCSP) e o da Coleção Thomas Skidmore (Brown University-EUA). Sobre o MNU destacam-se:

- MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO. I Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 1979.
- _____. 1978-1988: 10 anos de luta contra o racismo. SP: Confraria do livro, 1988.
- _____. Caderno de teses: XII congresso do MNU, Bahia: [s.n.] 1998.
- _____. Documentos básicos do MNU. Salvador: 1992.
- _____. III Congresso Nacional. Belo Horizonte: Relatório, 1982.
- Jornal do MNU (30 edições, de 1979 a 2002), Nêgo: Boletim do MNU (várias edições, 1979 a 1984), Revista do MNU (1979 a 1981), Jornal Afro-Latino-América (cerca de 30 edições, de 1977 a 1979), Revista Tição (3 edições, 1979-1980), entre outros periódicos;
- Uma importante fonte para a tese está no livro *Histórias do Movimento Negro no Brasil* (2007), compilação de história oral com militantes do Movimento Negro brasileiro que contém fartas referências ao MNU e sua história;
- A produção dos intelectuais ligados aos MNU irá constar na bibliografia.

7. Referências

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). *Cultura Política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ALBERTI, Verena; PEREIRA, A. Araújo (Orgs.). *Histórias do Movimento Negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas/CPDOC-FGV, 2007.

ALMADA, Sandra. *Abdias do Nascimento*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2009.

ANJOS, José C. *O pensamento social e político na obra de Abdias do Nascimento*. Porto Alegre: PPG-Sociologia UFRGS, 2011 (Dissertação de mestrado).

ARAÚJO, Inês Lacerda. *Foucault e a crítica do sujeito*. Curitiba: Editora da UFPR, 2008.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Anti-racismo e seus paradoxos: reflexões sobre cota racial, raça e racismo*. São Paulo: ANNABLUME, 2004.

BAIROS, Luíza. Orfeu e poder: uma perspectiva afro-americana sobre a política racial no Brasil". *Afro-Ásia*. Rio de Janeiro, n. 17, 1996, p. 173-186.

BASTIDE, Roger. *As Américas Negras*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1979.

_____; FERNANDES, Florestan. *Branços e negros em São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

BASTOS, Élide R. Pensamento social da escola sociológica paulista. In: Sergio Miceli (Org.). *O que ler na ciência social brasileira: 1970-2002*. São Paulo/Brasília: Sumaré/ANPOCS, 2002, p. 183-230.

CARONE, Iray. A flama surda de um olhar. In. _____. BENTO, Maria A. da S. (Orgs.). *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 181-188.

CARDOSO, Fernando H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARDOSO, Marcos. *O Movimento Negro em Belo Horizonte: 1978-1988*. Belo Horizonte: Mazza, 2002.

CASTRO, Edgardo. *Lecturas foucaulteanas: una historia conceptual de labiopolítica*. La Plata: UNIPE, 2011.

CHAUVEAU, A., TÉTART, P. (Orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999.

COSTA, Sérgio. *Dois atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

CUNHA Jr. Henrique. *Textos para o movimento negro*. São Paulo: Edicon, 1992.

D'ADESKY, Jacques. *Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismo e anti-racismos no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

DOMINGUES, Petrônio. *A insurgência de ébano: A história da Frente Negra Brasileira (1931-1937)*. São Paulo: FFLCH-USP, 2005 (Tese de Doutorado).

_____. *Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos*. Tempo. Rio de Janeiro. Vol.12, n.23, 2007, p. 100-122.

FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. Vols. I e II. São Paulo: Ática, 1965.

_____. *O negro no mundo dos brancos*. 2. ed. rev. São Paulo: Global, 1972/2007.

_____. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Cortez, 1989.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. *Ditos e escritos II*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. *Ditos & Escritos V*. Rio de Janeiro: Forense, 2004, p. 242.

_____. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

_____. *Microfísica do poder*. 26ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

_____. *O governo de si e dos outros*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2011.

_____. *Sobrados & Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 16. ed. São Paulo: Global, 2006.

_____. *Ordem e progresso*. 6. ed. São Paulo: Global, 2002.

FRY, Peter. *A persistência da Raça*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GARCIA, Januario. *25 anos 1980-2005: Movimento Negro no Brasil*. Brasília: FCP, 2005.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Ed. 34, 2001.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de Negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982 (Coleção 2 Pontos).

- _____. A Categoria Político-Cultural de Amefricanidade. *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 92/93, 1988.
- _____. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel T. (Org). *O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- _____. A Questão Negra no Brasil. *Cadernos Trabalhistas*. Rio de Janeiro: Global, 1981.
- GOMES, Flávio. *Negros e políticos (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- GRIN, Monica. Modernidade, identidade e suicídio: o “judeu” Stefan Zweig e o “mulato” Eduardo de Oliveira e Oliveira. *Topoi*. Rio de Janeiro, n. 5, dez. 2002, p. 201-220.
- _____. “Raça”: Debate Público no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2010.
- _____. Excepcionalidade como ambivalência: versões do império colonial português e da nação miscigenada brasileira. In: AZEVEDO, Francisca; CATROGA, Fernando; HERMANN, Jacqueline (Orgs.). *Memória, escrita da história e cultura política no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012, p. 285-326.
- GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.
- GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- GUIMARÃES, Antônio S. A. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- _____. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- HANCHARD, Michael G. *Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.
- HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. 2ª ed., Belo Horizonte: Editora da UFMG e Rio de Janeiro: Editora da IUPERJ, 2005.
- _____. Entre os mitos e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil. In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.
- HOFBAUER, A. *História de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: UNESP, 2006.
- IANNI, Octávio. *Escravidão e racismo*. 2. ed. rev. São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. *Raças e classes sociais no Brasil*. 3. ed. rev. São Paulo : Brasiliense, 1987.
- LAPLANTINE, François; NOUSS, Alexis. *A mestiçagem*. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.
- LE GOFF, Jacques. *A história nova*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social no Brasil*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

MAIO, Marcos Chor. *A História do Projeto UNESCO: estudos raciais e ciências sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1997 (Tese de Doutorado).

_____; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

MATTOS, Hebe. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

MOURA, Clóvis. *Brasil: raízes do protesto negro*. São Paulo: Global, 1983.

_____. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Editora Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. NASCIMENTO, Abdias. *O negro revoltado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

_____. *O Quilombismo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

_____. NASCIMENTO, Elisa Larkin. Reflexões sobre o movimento negro no Brasil, 1938-1997. In: GUIMARÃES, Antonio S. A.; HUNTLEY, Lynn (Orgs.). *Tirando a máscara: Ensaio sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. Culturalismo e contracultura. In: *Cadernos sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira*. Niterói, ICHF-UFF, 1976, p. 02-06.

_____. Negro e racismo. *Revista de Cultura Vozes*. Rio de Janeiro, n. 68, 1974, p. 65-68.

_____. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. *Afrodíaspóra*. São Paulo, n. 6-7, 1985, p. 41-49.

_____. Por uma história do homem negro. *Revista Vozes*. Rio de Janeiro, 1974, p. 41-45.

NOGUEIRA, Oracy. *Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga*. São Paulo, Edusp, 1998.

_____. *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*. São Paulo: Queroz, 1985.

OLIVEIRA, Fábio. *Clóvis Moura e a sociologia da práxis negra*. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF, 2009 (Dissertação de Mestrado).

PAIVA, Eduardo F.; ISNARA, P. *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume, 2008.

PAIXÃO, Marcelo. *Manifesto Anti-racista: idéias em prol de uma utopia chamada Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A; LPP/UERJ, 2006.

PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da. *O Movimento Negro brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte, Nandyala, 2009.

_____. *Trajatória e Perspectivas do Movimento Negro Brasileiro*. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

PEREIRA, Amílcar Araújo. *O “mundo negro”*: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas/Faperj, 2013.

PINTO, L.A. Costa. *O Negro no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1998 [1953].

RAMOS, Arthur. *A mestiçagem no Brasil*. Maceió: Edufal, 2004.

RATTS, Alex. *Eu sou Atlântica: Sobre a Trajetória de Vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial/Instituto Kuanza, 2007.

_____. RIOS, Flávia. *Lélia Gonzalez*. São Paulo: Selo Negro Editora, 2010.

RIOS, Ana L.; e MATTOS, Hebe. *Memórias do cativo*: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RISÉRIO, Antonio. *A utopia brasileira e os movimentos negros*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2007.

SANSONE, Livio. *Negritude sem Etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra no Brasil*. Salvador: Edufba; Pallas, 2003.

SANTOS, Joel Rufino dos. O movimento negro e a crise brasileira. *Política e Administração*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 2 jul./set. 1985, p. 287-307.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Mozart Linhares da. *Educação, etnicidade e preconceito no Brasil*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

_____. Miscigenação e biopolítica no Brasil. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. São Leopoldo, v. 4, 2012, p. 192-210.

SOUZA, Gilda de Mello e. Homenagem a Eduardo de Oliveira e Oliveira. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, n. 1, São Paulo, 1981.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

TELLES, Edward. *Racismo à brasileira: nova perspectiva sociológica*. RJ: Relume, 2003.

VAINFAS, Ronaldo. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. *Tempo*. Niterói, v. 8, ago. 1999.

VALENTE, Ana Lúcia Valente. As políticas de ação afirmativa e o obstáculo epistemológico. *Intermeio*. Campo Grande, v. 8, n. 15, 2002, p. 24-37.

VEYNE. Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: Ed. da Unb, 1982.

_____. Foucault: o pensamento, a pessoa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

VIANA, Elizabeth. *Relações raciais, gênero e movimentos sociais: o pensamento de Lélia Gonzalez 1970 – 1990*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Comparada/UFRJ, 2006 (Dissertação de Mestrado).

VIANA, Larissa M. *O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América portuguesa*. Campinas: Unicamp, 2007.

8. Cronograma

2014	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Disciplinas do doutorado e levantamento bibliográfico			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Levantamento das fontes			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Análise da bibliografia e das fontes levantadas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Elaboração do Exame de Qualificação							X	X	X	X	X	X
2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estágio de Doutorado Sanduíche nos Estados Unidos			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Redação final da tese	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X